

Índice

Os debates de ideias necessitam de mais vozes femininas.....	1
É irresponsável encorajar o consumo de carnes vermelhas e processadas	2
“Identidad”.....	3
“The Game”	4

Os debates de ideias necessitam de mais vozes femininas

Afirmar a dualidade do feminino e do masculino como dois modos de ser que expressam a riqueza do humano, não dispensa do esforço de denunciar que parte do que tradicionalmente se considerou natural nos sexos corresponde a uma construção cultural arbitrária. Nos Estados Unidos, esta questão foi suscitada devido a uma pergunta que tocou algo sensível: por que existem tão poucas vozes femininas de orientação conservadora no debate público?

Para [Ashleen Menchaca-Bagnulo](#), professora de ciências políticas na Universidade Estadual do Texas e colaboradora de “Public Discourse”, a resposta tem a ver com uma falsa dicotomia arraigada em setores conservadores: que a natureza dos homens os dispõe melhor para a esfera pública, enquanto que a das mulheres as empurra mais para a privada e familiar.

Menchaca-Bagnulo não questiona que existam diferenças naturais entre ambos os sexos, mas que estas se apresentem como “um mandato moral” para justificar uma distribuição de papéis injusta. E muito menos considera que o âmbito doméstico seja indigno para as mulheres, como julga certo feminismo radical. O que afirma é que “o privado e o público são naturais às mulheres – como o são aos homens – e ambas [esferas] são melhoradas pela nossa presença”.

Para que, na verdade, se note a influência das mulheres em todos os âmbitos da vida social, a politóloga advoga mudar de perspetiva: “Como seria a vida se reorganizássemos a prática social para nos afastarmos da rígida divisão público-privado, imitando algo mais harmonioso e centrado na família? O que se passaria se se esperasse dos lugares de trabalho que respondam de maneira diferente à gravidez, ou aos papéis ligados às tarefas dos cuidados a prestar que tanto homens como mulheres podem desempenhar com os seus familiares doentes ou os seus filhos?”.

“(…) O que se passaria se o discurso e a prática conservadora se centrassem em facilitar o regresso dos homens e das mulheres que ficam em casa a cuidar de filhos pequenos, para que não haja um fosso grande entre a vida profissional e a familiar? O que se passaria se se pudesse ‘levar para casa’ mais trabalho profissional ou se mais espaços profissionais permitissem a presença de crianças pequenas? (...) De algum modo, o conservadorismo está melhor situado para sugerir este tipo de mudanças”.

[Luma Simms](#), investigadora no Ethics and Public Policy Center e colaboradora em meios de comunicação social como “The Wall Street Journal”, “National Review” ou “Public Discourse”, também se juntou ao debate. Na sua opinião, a escassez de mulheres na esfera pública responde ao jogo de vários fatores, que resumo em dois: as próprias decisões das mulheres, por um lado, e o desinteresse de muitos homens pelo talento feminino, por outro.

Sobre o primeiro aspeto, Simms afirma que muitas mulheres conservadoras renunciam a um protagonismo maior na esfera pública, precisamente “porque acreditam no conservadoris-

mo”: isto é, porque entendem o benefício que pode resultar para a sua família e para a sociedade, a dedicação preferencial que deem aos seus filhos, mesmo que isso signifique para elas a renúncia a um trabalho remunerado durante uma etapa da sua vida.

Neste ponto, verifica-se que não é tido em conta o peso que têm os fatores sociais nas decisões das mulheres: as regras atuais do mercado laboral, por exemplo, [não facilitam muito a vida](#) das mulheres que querem ser mães sem renunciarem à sua carreira profissional (“Aceprensa”, 3.12.2018).

Mas o mais inovador do artigo de Simms é a denúncia que faz do desperdício do talento feminino em determinados âmbitos intelectuais conservadores. Embora a sua experiência pessoal com mentores homens tenha sido positiva, surpreende-a que mulheres dotadas para os debates de ideias tenham tão pouco eco em disciplinas como filosofia, teoria política ou teologia.

Aquilo que Simms diz sobre os Estados Unidos pode ser ilustrado com um exemplo europeu. Dos 13 assinantes principais da “Declaração de Paris”, somente duas são mulheres: a filósofa francesa Chantal Delsol e a politóloga norueguesa Janne Haaland Matlary. Entre os subscritores principais da versão espanhola, por exemplo, o fosso é ainda maior: 0 em 19. Desconheço se se pediu a participação a mais pensadoras ou se houve quem recusasse. O que chama a atenção é a lista final de nomes, apesar do texto defender que a “aspiração à excelência” inspirou “homens e mulheres” ao longo da história europeia.

Assinalar esta carência não é um problema de igualitarismo – que Simms rejeita –, mas de não se perder a riqueza que traz metade da humanidade. “Quando as mulheres não contribuem, o resultado é o empobrecimento espiritual da humanidade, como diz o Papa [São João Paulo II] na sua ‘Carta às Mulheres’”.

João Paulo II estava consciente desse desequilíbrio e convidou à sua correção: “Certamente, está na hora de olhar com a *valentia da memória (...)* para a longa história da humanidade, na qual as mulheres não contribuíram menos que os homens, e a maior parte das vezes em condições bastante mais adversas. Penso, nomeadamente, nas mulheres que amaram a cultura e a arte, e se dedicaram a isso partindo com desvantagem, excluídas muitas vezes de uma educação igual, expostas à desvalorização, ao desconhecimento e, inclusivamente, ao despojo do seu contributo intelectual”.

Com este lastro histórico, sugere Simms, seria ingénuo continuar a confiar em que basta a meritocracia para equilibrar o desigual mercado das ideias. E embora não fale de quotas, é proposto aos seus colegas homens que façam um maior esforço para apoiar o talento feminino, para que haja uma adaptação aos horários das mulheres, para que se abram as portas das suas publicações, para citar o seu trabalho, etc.

“Queridos irmãos, encorajo-os a reler ou a ler pela primeira vez a ‘Carta às Mulheres’”.

J. M.

É irresponsável encorajar o consumo de carnes vermelhas e processadas

Em finais de setembro do ano passado, surgiu uma tempestade mediática após serem publicadas revisões da evidência científica sobre os riscos de carnes vermelhas e processadas em [“Annals of Internal Medicine”](#). Os autores acrescentavam recomendações e aconselhavam, contra a opinião da Organização Mundial de Saúde, que já não seria necessária a preocupação com o consumo de carnes vermelhas/processadas e encorajavam a que se continuasse com o consumo atual. A comunidade científica de nutrição e saúde pública insurgiu-se e classificou estas recomendações de imprudentes, irresponsáveis e intrinsecamente contraditórias.

Tais vozes críticas provêm dos melhores especialistas em nutrição e saúde pública de Universidades como Harvard, Oxford, e muitas outras de primeira linha, que estão há anos a investigar a relação alimentação-saúde a longo prazo e fazem a gestão dos melhores dados reais em primeira mão. Todos eles deixaram claro que continua plenamente em vigor a necessidade de reduzir o consumo de carnes vermelhas e processadas. Igualmente, importantes sociedades científicas mantêm em vigor ter de reduzir as carnes.

A partir do grupo de trabalho de nutrição da Sociedad Española de Epidemiología foi enviado um comunicado aos meios de comunicação social. Usando os próprios resultados numéricos apresentados em “Annals of Internal Medicine”, foi estimado que, com apenas uma redução em três das rações de carnes processadas por semana, evitar-se-iam em Espanha pelo menos 5500 mortes anuais em pessoas de 40-80 anos, mais do dobro das mortes anuais por acidentes de tráfego.

Estamos, portanto, perante uma operação de ruído mediático que deixa na população em geral uma nova e perigosa sensação de perplexidade e confusão. Muitos pensarão que “estes investigadores em nutrição um dia dão uma recomendação e no dia seguinte a contrária”. Tal confusionismo não é certo. Coloquei o título “de ciência certa” no meu livro de divulgação [“Salud a ciencia cierta”](#) (Planeta, 2018) para deixar claro que existem conhecimentos absolutamente consolidados em alimentação e saúde. A população deve conhecê-los sem

que a enganem nem a conduzam à perplexidade devido a armadilhas comerciais.

Não é um tema pequeno. Os assuntos de saúde pública relacionados com estilos de vida pertencem só aparentemente a opções individuais da conduta humana livre. Mas têm graves repercussões sociais e económicas que afetam toda a gente, para lá do efeito individual. Acabam por ter consequências que, no final, pagamos todos.

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) é apoiado com impostos do contribuinte. Cada novo caso de diabetes irá implicar para o SNS uma maior necessidade de atendimento de saúde que deve cobrir-se com mais médicos, mais enfermeiras, mais fármacos, mais intervenções, mais entradas hospitalares, e mais consumo de recursos económicos em geral.

O mesmo pode dizer-se, mas com gastos muito superiores, para cada novo ataque do coração, cada enfarte cerebral que pode deixar hemiplégico o paciente para toda a vida, cada novo cancro da mama ou do cólon. As 5500 mortes antes mencionadas são apenas a ponta do iceberg.

Existe uma carga populacional imensa por detrás dessas opções individuais. Só uma irresponsável superficialidade poderia assumi-las como se fossem um mero assunto pessoal e, além disso, duvidoso. Se se olhar para os efeitos com ótica populacional, são muito sérias e muito certas as suas consequências.

Os autores da polémica esqueceram o efeito de carnes vermelhas e, muito especialmente, de carnes processadas (hamburguesas, salchichas, embutidos) sobre a obesidade. Mas a obesidade é a grande pandemia do século XXI. Basta considerar que, atualmente, uma em cada 10 mulheres adultas dos EUA é candidata à cirurgia bariátrica, porque tem obesidade mórbida; que sistema de saúde pode permitir-se tal gasto?

O peso excessivo já reduz o PIB espanhol em 2,9 % ao ano e envolve 9,7 % dos gastos com saúde (relatório OCDE). Cada contribuinte pagará já mais de 250 euros/ano de impostos extra devido à grande epidemia de peso excessivo-obesidade que se estendeu em Espanha. A combinação de consumismo e hedonismo não pode eximir-se de culpa quando a sobriedade e a frugalidade brilham pela sua ausência.

A necessidade de difundir mensagens semelhantes não é menos clara para outros comportamentos relacionados com problemas graves de saúde pública (tabaco, condução imprudente de veículos, excessos de álcool ou drogas, condutas que provocam doenças de transmissão sexual, etc.).

Os critérios do grupo que assina as revisões para avaliar a qualidade da evidência não foram os adequados para estudos de nutrição, tendo sim aplicado os usados para ensaios com fármacos. Julgaram de má qualidade a evidência por se basearem em estudos epidemiológicos somente “observacionais” (ou seja, “não experimentais”). Os estudos observa-

cionais significam recolher uma exaustiva informação sobre os alimentos que dezenas de milhares de participantes decidem consumir e depois acompanhá-los durante vários anos para avaliar os seus efeitos na saúde.

Pelo contrário, nos estudos experimentais, o investigador é quem define o que cada participante deveria comer todos os dias durante anos sucessivos. Percebe-se assim porque quase nunca se podem fazer estudos experimentais em nutrição. As restrições éticas e de viabilidade são enormes.

Não foram necessários estudos experimentais para conhecer os efeitos do tabaco, nem para conhecer a lei da gravidade. Sabemos que o tabaco causa cancro do pulmão e que o paraquedas funciona somente por estudos “observacionais”.

Em resumo, as publicações causadoras da polémica não trazem nada de novo. Continuam plenamente em vigor as recomendações de seguir um padrão dietético saudável como a dieta mediterrânica, com um consumo reduzido de carnes vermelhas e processadas.

M. A. M.-G.

“Identidad”

“Identity”

Autor: Francis Fukuyama
Editorial Deusto. Barcelona (2019)
208 págs.

O mais sugestivo de “Identidad”, o último livro do politólogo norte-americano Francis Fukuyama, provavelmente será o mostrar a importância que tem para o ser humano a necessidade de reconhecimento. Em face dos postulados da ordem liberal clássica, que acredita ser a maior motivação do homem a busca racional do interesse próprio, Fukuyama entende, seguindo Hegel, que o reconhecimento da dignidade própria representa a sua maior aspiração no plano social. Quando o consegue, o indivíduo sente-se orgulhoso e satisfeito; caso contrário, germinará nele ressentimento e humilhação.

Na época moderna, os indivíduos reclamam um igual reconhecimento social – Fukuyama denomina-o “isotimia”, jogando com o termo grego *thymós* –, pelo que o reconhecimento não igualitário é vivido como uma afronta. Mas a maior diferença com a proposta hegeliana reside no facto das

sociedades pós-modernas não serem somente os indivíduos que pedem esse reconhecimento, mas os grupos conformados em torno de diversas *identidades* particulares e as minorias. Esse seria o caso das solicitações políticas que surgiram, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, em torno da raça, do gênero, da orientação sexual, da etnia, da cultura, da deficiência, etc., identidades diferentes que reclamam agora reconhecimento por parte da sociedade. Mas Fukuyama continua a considerar que a nação e a religião – na sua vertente sociocultural, especialmente – continuam a representar os elementos identitários mais poderosos. Em sociedades modernas altamente industrializadas, nas quais as comunidades imediatas perderam força, o indivíduo passou a experimentar uma forte sensação de desenraizamento e solidão, de maneira que resultaram atraentes as promessas de comunidade oferecidas pela nação ou pela fé partilhada.

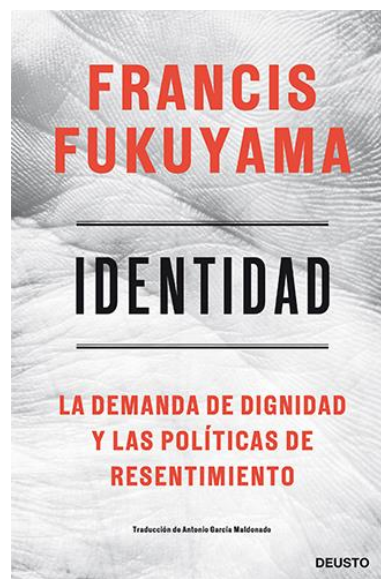
O ensaio pretende, portanto, enfrentar os nacionais populismos, que ameaçam em muitos países a ordem liberal e que se alimentam – tal como as identidades pós-modernas – de um sentimento de vitimização perante uma identidade que se considera atacada. Neste aspeto, ganha grande relevo o fenómeno migratório e o dos refugiados, que Fukuyama encara como um importante desafio para as identidades nacionais.

Firme defensor da nação como estrutura básica de coesão política (nega a possibilidade de uma identidade cosmopolita global), Fukuyama considera que, precisamente para travar os diversos nacionais populismos, é imperioso que as democracias avançadas acertem em dar uma resposta satisfatória – que não estão a dar – ao desafio migratório, capaz de articular os princípios da ordem política liberal, com a manutenção da identidade nacional de um país.

Neste sentido, é firme defensor da assimilação como mecanismo de integração dos imigrantes num país. A cidadania, por outro lado, não pode reduzir-se a direitos, devendo também integrar virtude cívica e compromisso. O serviço social – militar ou civil – poderia ser, na opinião de Fukuyama, uma excelente ferramenta de coesão, para que, tanto os naturais de cada país, como os imigrantes naturalizados, adquiram um firme compromisso com esse país e ultrapassem as barreiras que possam existir entre os diversos grupos culturais.

Por outro lado, “Identidad” alerta para o perigo de fragmentação social que acarreta a política identitária, na qual se perde o sentido do comum a todos. Fukuyama, portanto, aborda questões da máxima atualidade e combina um interessante rastreio das suas raízes filosóficas com uma análise social pormenorizada que mergulha em temas bastante concretos. Sobre o acerto ou desacerto da sua análise, é ao leitor que cabe decidir.

F. S.



“The Game”

“The Game”

Autor: Alessandro Baricco
Editorial Anagrama. Barcelona (2019)
328 págs.

Alessandro Baricco é um escritor italiano que se tornou famoso com o seu romance “[Seta](#)” (1996), também levado ao [cinema](#). Na sua literatura, rodeia-se de cenários surrealistas construídos com ambientes fictícios nos quais verte a sua linha de pensamento. Neles, convida subtilmente o leitor a mergulhar no mundo das suas ideias, surfando sobre um oceano de grande valor semântico, mas significativamente ligeiro nas formas e de expressão quase *naïf*, o que pode dificultar a leitura nos leitores que esperam uma obra linear.

No seu ensaio “I barbari” (2008), Baricco escreveu sobre a mutação produzida pelo impacto das novas tecnologias, uma transformação horizontal que afetava muitos dos âmbitos sociais e pessoais. Agora, em “The Game”, estende e atualiza a sua reflexão, visto que, passados alguns anos, constata-se os frutos desta transformação, assim como a sua penetração. Para isso, estrutura o seu ensaio como um percurso histórico e reflexivo onde vai cartografando o mapa com os pormenores do que ele denomina a “insurreição digital”, promovida por aqueles que abominavam os catastróficos acontecimentos do século XX, relacionados com a contra-cultura. O objetivo da insurreição foi derrubar o poder de Estados, regimes políticos ou económicos, para transferi-lo às massas de indivíduos.

Todavia, agora verificamos que esse poder regressou às mãos de alguns poucos: os grandes agentes dessa transformação digital (Amazon, Google, Facebook, etc.).

A insurreição digital, diz Baricco, é herdeira dos primeiros videojogos: daí o título do livro, o seu primeiro ponto cartográfico. Utilizando a metáfora do videojogo, Baricco avança na análise até compor um mapa completo como guia para compreender e mergulhar na cultura atual, nesta época da [pós-verdade](#), onde a verdade não se relaciona tanto com factos quanto com superficialidade móvel de ações e perceções. Isto fundamenta uma civilização onde a tecnologia e os dispositivos tecnológicos não são utensílios, mas próteses humanas.

O sucesso não sintoniza com a verdade, mas com a mobilidade, com mover-se pela superfície, e quer alcançar uma viralidade sempre ligeira, mas que tudo ocupa pois não tem forma: é o que o autor designa por *storytelling* do facto, algo não acrescentado ao facto, mas fazendo parte do mesmo e que se pode construir. Os nativos digitais (*millennials*) estão confortáveis com esta construção, e é a única que conhecem.

Não é que o autor se posicione como tecnófobo ou tecnófilo, nem sequer se situa numa posição conciliadora ou sincrética, descrevendo a evolução desta insurreição para o leitor descobrir não ter outra solução a não ser aceitar viver nesta nova sociedade. Não é estarmos no *game*; fazemos parte dele.

Baricco não escreveu um livro superficial, embora pela linguagem escrita e, pelo próprio título, pudesse parecê-lo. É um ensaio que proporciona uma importante riqueza de ideias sobre o mundo moderno, superando a já tradicional luta entre os que são favoráveis ou contrários a esta transformação digital que hoje pretende atravessar toda a nossa atividade.

A. A.

